

**COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE AS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO  
ENTRE CABO VERDE, PORTUGAL E A EUROPA, EM MATÉRIA DE  
SEGURANÇA**

**TEMA:  
A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL, SUA RELEVÂNCIA NA  
DEFESA E SEGURANÇA**

**CONFERENCISTA:  
DR. ANTÓNIO ANDRÉ INÁCIO  
*INSPECTOR DA POLÍCIA JUDICIÁRIA DE PORTUGAL***

Num painel sobre Defesa e Segurança falar de Investigação Criminal poderia parecer desajustado aos menos atentos, no entanto a alteração do clima de segurança mundial ultimamente ocorrido justifica claramente esta intervenção; se não vejamos.

O atentado às torres gémeas ocorrido em 11 de Setembro de 2001, em Nova York, marca o início de uma nova era mundial. Nada será como antes em matéria de Segurança e Defesa após este rude golpe desferido bem no coração do Mundo Ocidental e com consequências para todo o globo.

Mais do que um ataque terrorista, tratou-se de "uma declaração de ódio a formas particulares de vida, alicerçadas no respeito pelas sociedades livres."

Foi desde logo evidente que um ataque de tal dimensão carecia de uma logística gigantesca, não podendo ser efectuado sem apoio de Estados, financiamentos elevadíssimos, pormenorizada planificação e a colaboração do crime organizado transnacional.

Entrou-se pois num novo capítulo das ameaças, em que o terrorismo em rede se vem associar a outras como sejam a proliferação das armas de destruição em massa, os atentados ao ecossistema e a agressão cibernética. Ao mesmo tempo cai-se na guerra assimétrica, onde os grandes são atacados em casa por agressores invisíveis. Por tudo isto esbatem-se as diferenças entre Segurança e Defesa, bem como entre ameaça externa e interna.

Assim os Estados, em geral, vêem-se forçados a redefinir os seus Conceitos Estratégicos de Defesa e Segurança, que se tornam

ainda mais simbióticos; a rever e reforçar a sua política de alianças e, forçosamente a abdicar de alguma soberania face às organizações a que pertencam, para intensificar a segurança.

Ao mesmo tempo vêem-se os Estados também na necessidade de reformar o seu Direito Interno, com natural destaque para o Direito Penal mas sem descuidar outros ramos como a regulamentação da imigração ou das entidades financeiras, só para dar alguns exemplos.

Essa reforma do Direito interno, resulta da necessidade de prevenir e combater o Terrorismo e a Criminalidade Organizada transnacionais, mas também o crime ambiental ou outro tipo de ameaças à segurança das populações.

Assim como os Estados redefinem as suas estratégias, também as Organizações de Estados se vêem forçadas a redefinir a sua forma de reacção comum. A própria União Europeia, perante as novas ameaças difusas e atendendo ao esbatimento das suas fronteiras sente necessidade de falar a uma só voz, seguir uma política comum de segurança e defesa e acelerar o passo na harmonização do Direito Penal dos diferentes Estados-membros.

O enfoque na Investigação Criminal é pois justificado na medida em que actualmente não se pode falar em ameaças difusas sem considerar a criminalidade organizada. E é assim para a questão dos financiamentos/branqueamentos de capitais, para o tráfico de armas e ou de urânio, para a disseminação da rede terrorista, etc, etc.

De facto a criminalidade organizada já foi catalogada como “a mais nefasta das formas de crime e a mais prejudicial à sociedade no seu todo”, que apenas pode proliferar com a cooperação activa e voluntária de elementos responsáveis da sociedade.

São seus elementos característicos a capacidade de internacionalização, a prática de acto gerador de elevados proventos, a violência imanente e a ilegalidade por excelência, e por fim o propósito de investir na economia legítima.

E exemplo das suas actividades, o tráfico de armas, de droga, de pessoas ou de tabaco; a extorsão, os crimes informáticos e o branqueamento de capitais.

Recorde-se que os membros do comando da Al-qaeda que actuaram no 11 de Setembro estiveram a viver nos Estados Unidos, com identidades falsas, com recurso a dinheiro “limpo”, a pagar formação em aeronaves, tudo conforme as regras,

sem despertar suspeitas até que actuaram.

O Dr. Correia de Jesus, líder da Comissão Parlamentar de Defesa, na Assembleia da República portuguesa, afirma que “*a nova ordem internacional é a da criminalidade organizada*”, a verdade é que a nova ordem internacional não pode ser a da criminalidade organizada. Tal fenómeno apenas pode ser combatido através da maior harmonização internacional, maior cooperação e maior capacidade de resposta da cada Estado.

Se é verdade que o terrorismo é tão antigo como os conflitos armados e que o crime organizado já existia durante a Guerra Fria - funcionando como elemento geoestratégico para cada uma das potências -, não é menos verdade que actualmente se perdeu totalmente qualquer capacidade de diálogo ou controle sobre essas ameaças.

Importa também considerar que os montantes gerados pela economia paralela, resultante de actividade criminosa, ascendem a cifras que corresponderiam ao oitavo lugar, na lista dos países em matéria de produto interno bruto.

Importa por fim não esquecer que os últimos números divulgados pela C.I.A. apontam para a existência de cerca de dezoito mil operacionais da Al-qaeda “adormecidos” espalhados pelo mundo e preparados para actuar quando chegar a sua hora.

Ora são as polícias de investigação criminal as entidades tecnicamente preparadas para a repressão, numa primeira fase, da maioria das formas de actividade, nomeadamente das financiadoras, desta nova ameaça. Efectivamente o Branqueamento de Capitais, a falsificação de documentos, o crime informático, em suma toda a criminalidade organizada, qualquer que seja a forma por que se manifeste, carece de uma resposta técnica especializada que apenas as Polícias de Investigação Criminal estão aptas a desenvolver.

Tal combate, seguramente desigual, travado contra inimigos sem rosto, dotados das melhores tecnologias, organizados em rede e que actuam numa escalada de terror, não se pode compadecer com fronteiras e dificuldades processuais. É necessária uma cooperação efectiva e profícua entre os diferentes Estados, não apenas ao nível da troca de informações em tempo útil, mas também na troca de experiências profissionais e no desenvolver de operações conjuntas

Aliás nas suas conclusões, o Grupo de Trabalho sobre Defesa da U.E. (Relatório referente à Convenção 461//02), defende que o

“conceito de segurança é hoje um conceito muito vasto, por natureza indivisível, que extravasa os aspectos estritamente militares e abrange não só a segurança dos Estados mas também a dos cidadãos”. Quanto ao Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, daí resultou o alargamento do conceito de objectivos de capacidade, aplicando-o também aos domínios civis, nomeadamente no que respeita às capacidades de polícia, mas também de protecção civil e de administração pública.

Existe pois uma dinâmica imparável de aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação judiciária e policial na U.E., a qual se intensificou naturalmente após os trágicos acontecimentos de Nova Iorque.

Por outro lado a NATO também redimensionou as suas forças e prioridades face às novas ameaças.

Conforme o Sr. General Garcia Leandro já referiu de alguma forma, a República de Cabo Verde, pela sua localização geoestratégica, reúne condições que lhe permitem vir a desempenhar no futuro um importantíssimo papel na defesa e segurança do Atlântico.

Essa importância deveria ser reconhecida quer pela NATO, quer pela União Europeia. Efectivamente trata-se do território mais a sul da Europa, que com ela detêm laços afectivos e históricos.

Parece-me que todos ganhariam com a aproximação quer à NATO, quer à União Europeia desta República.

O alargamento a Sul da NATO não seria despiciendo. Por outro lado a União Europeia, quer no âmbito da PESC, quer do Terceiro Pilar necessita de novas alianças, combatendo as ameaças onde elas existam.

Seria de importância fundamental assegurar o controlo aéreo e marítimo desta zona do Atlântico. Pela sua localização privilegiada, bem como pela sua estabilidade política e social, este arquipélago reúne condições ímpares para constituir parte activa da rede internacional de combate às novas ameaças.

Mas regressando à Investigação Criminal, importa ainda realçar que a República de Cabo Verde, pela sua localização é um espaço que se pode revelar apetecível para a circulação de terroristas.

A sua zona económica exclusiva, cento e cinquenta vezes a área de terra firme, situa-se numa zona do Atlântico muito importante para as rotas de tráfico.

Assim, todos os esforços de identificação e controlo de estrangeiros

que por aqui passem e/ou se instalem é um trabalho de grande importância para a Segurança Mundial.

Esse controlo, a desenvolver pelas várias autoridades, deveria tratar e canalizar a informação para a Polícia Judiciária, dada a sua natural vocação para o combate ao crime organizado nas suas, várias, vertentes. Esse controlo carece porém de significativos meios técnicos e humanos. Só pela cooperação internacional se podem conseguir resultados significativos.

Só o cruzamento de informação, entre todas as polícias, conjugado com os dados obtidos pela “inteligência” permite uma reacção eficaz contra a criminalidade organizada, bem como contra os terroristas que se encontram disseminados entre as populações dos diversos países, aguardando a sua hora para actuarem.

Uma palavra final para a cooperação existente entre Portugal e a República de Cabo Verde, Ela estende-se da Saúde à Justiça, sendo que relações desenvolvidas nesse âmbito entre as Polícias Judiciárias de Cabo Verde e Portugal, que importa manter viva e intensificar, é um exemplo da excelência das relações entre os dois países.

Merece um especial destaque a área da formação, que tem sido uma das áreas fortes da cooperação, e onde se estabeleceram fortíssimos laços de amizade entre os membros do Instituto Superior de Polícia Científica e Polícia Judiciária e os colegas cabo-verdianos, com excelentes resultados também ao nível da produtividade.

As relações que perduram são as que se estabelecem entre as pessoas, certamente por isso, a relação entre os nossos dois países é tão forte.

Os laços humanos tornam inquebráveis as relações entre Estados. Encontros como este contribuem para o reforço dessas relações, ao mesmo tempo que permitem consciencializar a sociedade civil para questões que a todos dizem respeito.

Foi pois uma enorme honra poder estar presente neste excelente fórum, muito obrigado.